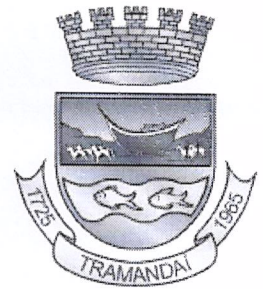


PREFEITURA DE TRAMANDAÍ
SETOR DE LICITAÇÕES
CNPJ: 88.771.001/0001-80
Av. da Igreja, 346 – Centro
Tramandaí – RS
Fone: (51) 9 8983-2030



www.tramandai.rs.gov.br

À

RICARDO ALEXANDRE GABRIEL LTDA

OFÍCIO Nº 410/2025

REFERENTE À PREGÃO ELETRÔNICO Nº 086/2025

Tramandaí, 30 de dezembro de 2025.

Senhores Licitantes:

Ao cumprimentá-los, vimos informar-lhes quanto ao pedido de impugnação de edital protocolado sob o nº 58317/2025, referente ao Pregão Eletrônico nº 086/2025, junto a esta Prefeitura referente ao Edital em epígrafe.

Conforme documento emitido pela Secretaria Municipal de Obras, informamos que sua impugnação foi RESPONDIDA.

Segue em anexo a informação.

Sem mais para o momento,

Atenciosamente.

Vitória da Costa da Silva
Departamento de Licitações



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAMANDAÍ
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE



MEMORANDO SMAM N° 416/2025

Para: Departamento de Licitações

Referência: Processo administrativo n° 15265/2025

Tramandaí, 15 de dezembro de 2025.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente, manifesta-se em resposta ao solicitado no pedido de **impugnação do Edital de Pregão Eletrônico N° 211/2025**, referente ao processo licitatório para contratação de empresa especializada nos serviços de limpeza (coleta a vácuo de resíduos) de sumidouros, fossas sépticas, caixas de gordura e filtros, de autoria da empresa **RICARDO ALEXANDRE GABRIEL LTDA.**

Quanto ao Item 7.1.13 - Licença de Operação da atividade de base de operações de resíduos de esgotamento sanitário, emitida pelo órgão competente.

Requerimento impugnante: Requer-se a alteração do item 7.1.13 para que seja permitido às licitantes, como alternativa à apresentação da licença, a entrega de uma declaração de que não realizam as operações de lavagem, transbordo ou estocagem temporária de resíduos, e que o descarte é feito diretamente em local licenciado para tal fim.

Parecer secretaria: Solicitação improcedente. A atividade Base de operações de resíduos de esgotamento sanitário e banheiro químico – CODRAM 4751,80, esta elencada na Resolução CONSEMA 372/2018 que rege as atividades a serem licenciadas em âmbito Estadual ou Municipal. A Base de Operações é o local destinado atividades diretamente ligadas aos veículos de transporte de resíduos de esgotamento sanitário, como lavagem, transbordo ou estocagem temporária dos resíduos coletados pelos veículos licenciados no ramo 4710,12. Assim a empresa que possui frota veicular para atividade de esgotamento de resíduos pode não possuir uma Base de Operações própria, no entanto ela precisa ter contrato com empresa que tenha e que seja devidamente licenciada, devendo apresentar no processo licitatório a cópia do contrato com a empresa proprietária da base de operações e a licença ambiental em vigor desta empresa.

Quanto ao item 7.1.14 – Comprovante de descarte dos resíduos mediante apresentação da ficha de cadastro no MTR – Sistema de Manifesto de Transporte de Resíduos.

Requerimento impugnante: Requer-se a retificação do item 7.1.14 para que a exigência seja a de apresentação do Certificado de cadastro da empresa no sistema MTR da FEPAM, e não comprovante de um descarte que ainda não ocorreu.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAMANDAÍ
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE



Parecer da secretaria: Solicitação improcedente. O texto do edital é claro informando que a comprovação pode ser feita **mediante apresentação da Ficha de Cadastro no MTR – Sistema de Manifesto de Transporte de Resíduos**.

A ficha de cadastro de usuário é o documento comprobatório de que as empresas e empreendimentos, possuem seu registro junto ao órgão ambiental competente. Este documento pode ser obtido pela empresa cadastrada a qualquer momento junto ao site MTR online.

Quanto ao item 7.1.18 - GPS – Sistema Global de posicionamento, rastreador instalado nos veículos com acesso e login e senha para o órgão de fiscalização, para reconhecimento das rotas de operação.

Requerimento impugnante: Requer-se que a exigência contida no item 7.1.18 seja movida do rol de documentos de habilitação para as obrigações da contratada, a serem cumpridas após a assinatura do contrato.

Parecer da secretaria: Solicitação improcedente. A Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM/RS, órgão responsável pela emissão das licenças ambientais para empresas cujo ramo de atividade seja classificado pela CONSEMA 372/2018 como CODRAM 4710,12 – Coleta e Transporte de Resíduos de Esgotamento Sanitário, publicou em 13 janeiro de 2025 a PORTARIA FEPAM nº 488/2025 que trata do **Sistema de Rastreamento para Veículos** licenciados para a atividade supracitada. Tal portaria determina que todos os veículos licenciados no Ramo de Atividade 4710,12 devem ter sistema de rastreamento instalado, para monitorar a localização, o deslocamento e as operações realizadas pelos veículos, como descarte de resíduos, manutenção e deslocamentos. O sistema de rastreamento deverá ser composto por dispositivos GNSS (Sistema Global de Navegação por Satélite - Global Navigation Satellite System), com capacidade de operar ininterruptamente, registrando dados como posição geográfica, horários de operação, pontos de parada e tempo de inatividade.

A Portaria nº 488/2025 entrou em vigor 180 dias após sua publicação, ou seja, a partir de julho de 2025 todas as empresas licenciadas para a atividade são obrigadas a possuir sistema de rastreamento instalado em seus veículos, tendo este período de 180 dias para adequação da frota.

Portanto se a empresa possui licenciamento ambiental para a atividade, ela



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAMANDAÍ
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE



obrigatoriamente possui sistema GPS instalado em seus veículos, tornando possível exigir a apresentação de comprovação da referida documentação durante a fase de habilitação.

Atenciosamente,

Minuche Marchini
Secretária de Meio Ambiente
Portaria n° 023/2025



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Tramandaí
Contadoria Geral do Município

Memorando nº 512/2025

Tramandaí, 29 de dezembro de 2025.

AO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

Nº Controle Processo: 202033196

Protocolo: 58317/2025

Pregão Eletrônico RP nº 211/2025

RICARDO ALEXANDRE GABRIEL & CIA LTDA

Assunto: Impugnação de Edital

Sr. Diretor do Departamento de Licitações,

Analizada a solicitação de impugnação do Edital nº 211/2025, referente ao item 7.1.27.1, "d" quanto ao edital ser restritivo nas exigências de qualificação econômico-financeira, onde o requerente informa que "a lei 14133/2021, em seu art.69, e a jurisprudência do TCU (e.g., Acórdão 1454220093) são claras ao permitir que a qualificação econômico-financeira seja demonstrada por outros meios, como a apresentação de capital social ou patrimônio líquido em percentual do valor estimado da contratação", porém o que diz no art.69 da Lei 14133/2021 é exatamente o transcrito abaixo:

" Art. 69. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação: I - balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais; II - certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

.....

*.....
§ 4º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, **poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo** equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação."*



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prefeitura Municipal de Tramandaí
Contadoria Geral do Município

Assim, como se lê no demonstrado acima, no referido edital consta exatamente o que está descrito na Lei 14133/2021, a aptidão econômico-financeira **DEVE SER COMPROVADA DE FORMA CLARA E OBJETIVA ATRAVÉS DE ÍNDICES**. Da mesma forma, na legislação diz que a administração pública poderá, ou seja, é opcional exigir capital ou patrimônio líquido mínimo, neste caso, a administração optou em não exigir tais requisitos. E mesmo que a administração optasse por incluir estes requisitos, conforme o requerente solicita, não abriria mão da análise dos índices econômicos, pois estes sim são obrigatórios.

Portanto, consideramos a solicitação interposta pelo requerente improcedente.

Atenciosamente,

Maria Cristina Hoppe
Contadora - CRC/RS 102.090